



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

A LUTA CAMPONESA PELA TERRA NA ZONA CANAVIEIRA DE RIBEIRÃO PRETO/SP

Ivan Lazzari Mendes (doutorando pelo PPGH/FFLCH/USP – autor)

Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira – “in memoriam” (orientador e coautor)

INTRODUÇÃO

Nos últimos 50 anos, a notável expansão territorial dos canaviais na zona agrícola de Ribeirão Preto/SP foi acompanhada pela modernização do setor sucroenergético. Esse “mar de cana” (Oliveira, 1999) e as inúmeras fábricas de açúcar e álcool a ele atreladas revelam o contraditório desenvolvimento capitalista no campo brasileiro. Se, no início de seu desenvolvimento, o capitalismo separou indústria e agricultura, agora unifica:

Um exemplo desse processo contraditório de desenvolvimento ocorre com as usinas ou destilarias de açúcar e álcool, onde, atualmente, indústria e agricultura são partes ou etapas de um mesmo processo (Oliveira, 1999, p. 105).

À mundialização da agricultura canavieira e sua extensão, o setor industrial sucroenergético, somam-se outras contradições relacionadas ao avanço do capitalismo no campo, como a presença do campesinato. O campo:

[...] também está marcado contraditoriamente pela expansão da agricultura camponesa, cujo capital monopolista desenvolveu liames para subordinar/apropriar-se da renda da terra camponesa, transformando-a em capital. Aqui o capital não se territorializa, mas monopoliza o território marcado pela produção camponesa (Oliveira, 1999, p. 74).

O campesinato se estabelece, notadamente, quando a monopolização do território se impõe. Sob essas condições, o campo continua povoado e sua população pode até se expandir. Ao mesmo tempo, sua formação territorial tende a apresentar uma melhor distribuição da riqueza, inclusive nas cidades, que nem sempre são grandes ou inchadas (Oliveira, 1999).

Uma das contradições atreladas ao campesinato reside na sua subordinação aos imperativos do capitalismo mundial:



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

[...] o próprio capital cria condições para que os camponeses produzam matérias-primas para as indústrias capitalistas ou mesmo viabilizem o consumo dos produtos industriais no campo (ração para a avicultura ou para a suinocultura). Esse processo revela que o capital sujeitou a renda da terra produzida pelos camponeses à sua lógica, ou seja, está-se diante da metamorfose da renda da terra em capital. O que o processo revela, portanto, é que estamos diante do processo de produção do capital, que nunca é produzido por relações especificamente capitalistas. É por isso que o desenvolvimento do capitalismo no campo abre espaço simultaneamente para a expansão do trabalho familiar camponês, nas suas múltiplas formas, como camponês proprietário, parceiro, rendeiro ou posseiro. É assim que os próprios capitalistas no campo se utilizam desse processo para produzir seu capital (Oliveira, 1999, p. 106).

Portanto, ao subordinar o campesinato aos seus ditames, a burguesia consegue produzir capital.

Isso é possível por meio da sujeição da renda da terra camponesa ao capital (Oliveira, 2007).

A contraditória subordinação do campesinato ao grande capital agroindustrial explica a resistência dessa classe social, que se materializa, por exemplo, na supremacia numérica dos estabelecimentos familiares no campo brasileiro. Ainda que reveladores de uma abissal distribuição de terras, os dados relativos à estrutura fundiária divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nas últimas décadas, confirmam essa tese. Em 1985, 3 milhões de pequenos camponeses dividiam 10 milhões de hectares de terra, enquanto 50 mil latifundiários ocupavam 164 milhões de hectares. Em 2006, o Censo Agropecuário mostrou que essa assimetria da estrutura fundiária persistia: 4,36 milhões dos proprietários eram camponeses, que, com suas famílias, dividiam uma área de 80,25 milhões de hectares, o que representava 24,3% das terras agrícolas. Já os estabelecimentos capitalistas, mesmo representando 15,6% do total, ocupavam 75,7% dessas terras.

Mais recentemente, o Censo Agropecuário de 2017 ratificou essa aberração socioterritorial, qual seja, a extrema concentração fundiária no país:



Tabela 5.1 – Estrutura Fundiária Brasileira – 2017

| BRASIL – Estrutura Fundiária – 2017 | | | |
|--|-------------|--|--|
| Grupos de área Total (HA) | TOTAL | Agricultura Capitalista (não Familiar) | Agricultura Camponesa (Familiar - Lei 11.323/2006) |
| Número de estabelecimentos | | | |
| Total | 5.175.636 | 809.369 | 4.366.267 |
| De mais de 0 a menos 10 | 2.477.151 | 197.981 | 2.279.170 |
| De 10 a menos 100 | 1.971.600 | 267.940 | 1.703.660 |
| De mais de 0 a menos 100 | 4.448.751 | 465.921 | 3.982.830 |
| De 100 a menos 1.000 | 424.288 | 283.024 | 141.264 |
| De 1.000 a menos de 2.500 | 32.242 | 32.172 | 70 |
| De 2.500 e mais | 15.336 | 15.305 | 31 |
| Produtor sem terra | 205.010 | 12.947 | 242.072 |
| Área ocupada (HA) | | | |
| Total | 333.680.037 | 253.577.343 | 80.102.694 |
| De mais de 0 a menos 10 | 7.798.777 | 687.172 | 7.111.604 |
| De 10 a menos 100 | 62.893.978 | 11.043.574 | 51.850.405 |
| De mais de 0 a menos 100 | 70.692.755 | 11.730.746 | 58.962.009 |
| De 100 a menos 1.000 | 112.844.186 | 92.007.554 | 20.836.633 |
| De 1.000 a menos de 2.500 | 48.640.082 | 48.531.236 | 108.846 |
| De 2.500 e mais | 101.307.014 | 99.311.806 | 105.208 |
| Produtor sem terra | - | - | - |

Fonte: IBGE

Fonte: Oliveira (2020).

Segundo Oliveira (2020), a posse da terra nas mãos de poucos se constitui num escárnio:

O país apresentou uma estrutura fundiária que faz inveja ao mais brilhante dos países do mundo. Sua concentração apresentou o dado de uma área média de 6.606 hectares para os maiores estabelecimentos, aqueles que ocuparam a área de 2.500 hectares ou mais. O que vale dizer que o país apresentou a concentração absurda de apenas 15.305 estabelecimentos agropecuários concentrar um total de 101.307.014 hectares de terras. Enquanto os estabelecimentos voltados para a agricultura camponesa (familiar) apresentaram o número de 15,89 hectares de área média. O que se entende por uma conta faraônica de 70.692.755 de hectares sendo divididos entre 4.448.751 estabelecimentos.

Quem fez uma análise dos dados do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE foi Gerson Teixeira. Suas conclusões sobre os dados do censo foram:

Conforme exposto, **são preocupantes vários fenômenos apurados pelo CA 2017, na perspectiva de um projeto de democratização do campo e da segurança alimentar e nutricional da população brasileira.** O estudo [aqui] apresentado, absolutamente limitado, teve a pretensão de chamar a atenção para esses fenômenos com vistas a estimular o aprofundamento e os debates sobre o tema. **A impressão passada pelos CA2017 é a de que os desafios para democratização da terra, para uma vida digna no campo, para a garantia de direitos e para a sustentabilidade ambiental passaram a ser ainda mais desafiadores.** Sobretudo levando em conta o potencial de retrocessos inerentes ao projeto do atual governo. **Os desafios são grandes, mas a capacidade para enfrentá-los ainda**



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

maiores, face a disposição de organização e lutas pelas organizações de trabalhadores e da sociedade civil em geral comprometidas com um projeto mais generoso, em especial, para as áreas rurais do Brasil (Sem negrito no original).

Dessa forma, Gerson Teixeira concluiu seu estudo, deixando a todos a possibilidade para ir além do mesmo. Assim, chamo a atenção daqueles que se interessam pelos estudos da estrutura fundiária brasileira para mostrar o escárnio que representam esses dados, como apontei anteriormente neste texto (Oliveira, 2020, p. 11-12, grifo do autor).

A absurda concentração fundiária salientada por Oliveira (2020) aparece sintetizada nesse quadro comparativo:

Gráfico 5.1 – Agriculturas familiar e não familiar



Como se nota, o Censo Agropecuário 2017 (compilado na tabela 5.1) referenda a extrema concentração fundiária do país. Por outro lado, indica que, somados, os estabelecimentos rurais inseridos nos estratos de 0 a 100 hectares somavam 3.982.930 unidades, que ocupavam uma área de 58.962.009 hectares!



Eminentemente camponesas, essas pequenas e médias propriedades fundiárias são bem mais numerosas em comparação aos estabelecimentos rurais situados nos demais estratos, que se encontram dominados pela agricultura capitalista.

Essa constatação revela que, ainda que a concentração fundiária se constitua num escárnio, uma notável superioridade numérica dos estabelecimentos camponeses, o que nos estimula a “ir além”, como sugerem Oliveira (2020) e Gerson Teixeira (2019).

Nesse ensaio, buscamos “ir além”, analisando os meandros, isto é, as múltiplas determinações dessa resistência camponesa. Para tanto, tomamos, como recorte territorial, a zona canavieira de Ribeirão Preto/SP, onde a modernização/mundialização da agricultura ocorrem há mais de meio século.

METODOLOGIA

À luz do método materialista dialético, procuramos compreender as múltiplas determinações da luta camponesa pela terra, em plena zona canavieira de Ribeirão Preto/SP, submetida, há mais de 50 anos, pela territorialização dos monopólios (Oliveira, 2016).

Para compreender essa contradição, partimos desses pressupostos teóricos: a produção e a reprodução do campesinato brasileiro estão em curso na contemporaneidade. À luz do materialismo histórico (teoria), isso ocorre porque, no Brasil, país detentor de uma extrema concentração fundiária (Censo Agropecuário – 2017), o camponês luta para (re)ingressar na terra (Martins, 1981). E, uma vez (re)territorializado, sua resistência não cessa. Ao contrário, ele continua lutando, desta feita, para ficar na terra, ainda que, para tanto, tenha de se subordinar ao modo capitalista de produção. Isso se dá, por exemplo, por meio da sujeição da renda da terra camponesa ao capital (Oliveira, 2007).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A resistência do campesinato brasileiro não se manifesta apenas pela superioridade numérica dos estabelecimentos rurais familiares, nem na sua contraditória subordinação ao modo capitalista de produção, o que é dado objetivamente pelo largo predomínio da produção comercial de alimentos na agricultura praticada por suas famílias (70% do total consumido no país). Ela se dá também pelo confronto direto ao grande capital, materializado nas suas históricas lutas abertas, que têm sido o principal recurso camponês para conquistar a terra. Isso implica em reconhecer que o campesinato



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

não está presente somente naquelas chamadas propriedades rurais familiares, geralmente detentoras de áreas de até 100 ha. Ele também se manifesta num sem-número de sujeitos sociais desterritorializados, tais como sem-terra, posseiros, rendeiros, meeiros etc., que, não raramente, têm recorrido à luta aberta pela terra. Esses sujeitos sociais compõem, majoritariamente, o campesinato brasileiro. Trata-se de “um campesinato que quer entrar na terra” (Martins, 1981, p. 15-18).

No Brasil, a luta para ingressar na terra é, concretamente, uma reação direta dos camponeses às políticas públicas que, invariavelmente, têm favorecido os capitalistas, os rentistas, os latifundiários. A agricultura e a questão fundiária a ela atrelada, sempre atenderam aos interesses da burguesia capitalista e dos grandes proprietários rurais. Dito de outro modo, as políticas de Estado para a agricultura têm sido implementadas, invariavelmente, em prol da concentração fundiária. Vários exemplos podem ser pinçados na história para ilustrar esse fenômeno. É o caso da Lei de Terras (1850), que instituiu o mercado de estabelecimentos rurais. Concretamente, essa lei impediu os estrangeiros pobres como os camponeses italianos que imigraram para os cafezais de São Paulo a ingressar na terra, preparando, assim, a substituição do escravismo pelo colonato (Martins, 2010).

No entanto, as sucessivas leis e políticas de Estado impostas ao longo do tempo pelos governos brasileiros para impedir o acesso do campesinato a terra, ainda que concentradoras de terras, não eliminaram, nem extinguiram essa classe social. Pelo contrário. Os camponeses resistiram e têm resistido, não apenas a esses mecanismos voltados à concentração fundiária, como também à proletarianização gerada pelo avanço do capitalismo no campo brasileiro. Eles continuam lutando para ingressar e ficar na terra, inclusive onde predomina o processo de territorialização dos monopólios (Oliveira, 2020), caso da zona canavieira de Ribeirão Preto/SP.

No entanto, antes de nos debruçarmos sobre esse recorte territorial, vamos fazer uma rápida digressão histórica acerca da questão camponesa no Brasil.

Tomemos, como ponto de partida dessa retrospectiva temporal, a época da criação das Ligas Camponesas. Originários na Zona da Mata canavieira pernambucana, nas décadas de 1950 e 1960, isto é, um século depois da implantação da Lei de Terras (1850), esses movimentos sociais inspiraram outras tantas organizações populares ligadas à questão fundiária. Exacerbou-se, assim, a luta pela terra, não apenas no Nordeste, mas em todo o país. Disso deriva o recrudescimento do debate político em torno da Reforma Agrária. Inserido nesse contexto histórico, o governo Jango (1961/64) criou o Conselho Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA).



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Essas iniciativas governamentais, ao estimularem o processo de Reforma Agrária, geraram uma violenta reação dos proprietários rurais. Muitas lideranças do campo, sobretudo aquelas que representavam as Ligas Camponesas, passaram a ser assassinadas. Tratou-se de um “recurso extremo para reter a propriedade capitalista da terra” (Oliveira, 2007, p. 137). O golpe de Estado de 1964 e sua extensão, a Ditadura Militar (1964-1985) constituíram-se noutros recursos extremos usado pela alta burguesia brasileira para impedir a realização da Reforma Agrária, conquanto política social que havia ganhado grande impulso no governo Jango (1961/64).

Sucessora desse governo, a Ditadura Militar (1964/85), como se sabe, não apenas impediu a Reforma Agrária, como agravou a concentração fundiária. Isso se deu mediante, por exemplo, estímulos creditícios à modernização da agricultura, que passaram a ser fartamente oferecidos a grandes agricultores capitalistas e proprietários rurais.

Contraditoriamente, esse contexto político extremamente violento e opressor, imposto, inclusive, para favorecer a mundialização da agricultura brasileira (Oliveira, 2016), incrementou a resistência camponesa à proletarização. A luta pela terra foi acirrada, levando à explosão da violência no campo.

Particularmente na macrorregião de Ribeirão Preto/SP, a mundialização da agricultura foi acelerada na década de 1970, quando incentivos fiscais e financeiros passaram a contemplar generosamente o agronegócio canavieiro. Por conseguinte, houve uma rápida expansão territorial e produtiva do setor sucroenergético, voltado, preferencialmente, para o refino de açúcar para o mercado externo e a destilação de álcool combustível para o mercado interno (Bini, 2011). Formou-se assim um amálgama político-econômico-financeiro que interligou proprietários fundiários, agricultores capitalistas e usineiros. Iniciava-se, assim, sobre esse “mar de cana” (Oliveira, 1999) pontilhado por usinas de açúcar e destilarias de álcool, a territorialização dos monopólios (Oliveira, 2016). Por conseguinte, as terras se concentraram ao extremo, expropriando, proletarizando e precarizando camponeses.

Concretamente, o entrelaçamento político-econômico-financeiro estabelecido entre fazendeiros (rentistas), usineiros e agricultores capitalistas, isto é, a territorialização dos monopólios empurrou famílias camponesas inteiras para as cidades. Algumas delas se tornaram capitalistas urbanas, mas muitas se proletarizaram. Isso determinou a periferização de dezenas de pequenas cidades que compõem a macrorregião de Ribeirão Preto. O campo foi esvaziado, enquanto, nas pequenas cidades, bairros populares nasciam da noite para o dia, abrigando grandes exércitos de mão de obra assalariada de reserva.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Todavia, esses processos sociais não determinaram o desaparecimento absoluto do campesinato dessa macrorregião. Pelo contrário. Recusando a proletarização, muitos camponeses se reorganizaram politicamente, acirrando a luta de classes no campo. Num movimento diametralmente oposto à territorialização dos monopólios acelerada nas décadas de 1970/1980 na macrorregião de Ribeirão Preto e, por extensão, à concentração fundiária, a “rebeldia camponesa” (Oliveira, 2007) avançou país afora.

De fato, a rebeldia camponesa não se deu isoladamente, na zona canavieira paulista. Ao contrário, ela se alargou territorialmente, aproveitando-se da crise da Ditadura Militar (1964-1985), que acompanhou o reordenamento da política nacional implementado entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980, que refletiu, em grande medida, os ditames da geopolítica da Guerra Fria. Naquela época, multiplicaram-se, sobretudo naquelas organizações que representavam mais claramente os interesses das camadas médias e baixas da sociedade brasileira, iniciativas políticas de contestação à Ditadura Militar (1964/85). Esse foi o caso da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ao criar as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), que passaram a estimular o surgimento de lideranças comunitárias nas periferias urbanas, principalmente das grandes cidades. Outras ações marcaram a CNBB nesse momento histórico, inclusive relativas à questão agrária, como a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Ligada à Igreja, essa organização política passou a apoiar lideranças indígenas, quilombolas e camponesas frente ao avanço do capital no campo. Nesse contexto político-histórico nacional, notadamente entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, surgiram a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que trouxeram as questões sociais, inclusive aquelas atreladas aos camponeses, para o centro do debate nacional.

Em meio a essa efervescência política nacional e internacional, explodiram, no “mar de cana” do entorno de Ribeirão Preto/SP, greves rurais coordenadas por boias-frias (proletários precarizados), em sua maioria nascidos no campesinato. A mais emblemática delas foi a Greve de Guariba (1984).

Sejamos contundentes: essas greves foram manifestações concretas da resistência camponesa frente à modernização da agricultura canavieira paulista levada a cabo pelo Estado brasileiro. Mesmo antes do lançamento do Proálcool (1975), o governo federal já havia implantado o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar (PLANALSUCAR-1971) e o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira (1971).

Em consequência, na Macrorregião de Ribeirão Preto, em 1976, a força motriz usada no preparo do solo e plantio já era, quase plenamente, realizada por máquinas. Tratores passaram a fazer



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

o terraceamento para combater a erosão, anteriormente atenuada basicamente pelas curvas de nível. Somava-se a isso a informatização do processo produtivo, dada pelo surgimento de *softwares* voltados à redução dos custos de produção. A biotecnologia também evoluiu, impulsionada pelo Projeto Genoma Cana, que criou variedades de plantas resistentes as pragas, possuidoras de mais sacarose e que passaram a permitir até dez cortes (Bini, 2011). Outras técnicas se tornaram igualmente usuais nessas terras durante a década de 1970: pulverizador e distribuidor de calcário; herbicida (carpa química); sulcamento e adubação numa única operação com adoção do sulcador/adubador; e carregamento mecânico da cana cortada para o caminhão que realiza o transporte lavoura – usina (Veiga Filho, 1998 *apud* Mendes, 2019).

No entanto, naquela época, a colheita, realizada, grosso modo, entre os meses de maio e outubro, permanecia manual. Era executada por enormes contingentes de mão de obra sazonal, em sua maioria composta por camponeses procedentes de outros estados, sobretudo nordestinos que, uma vez por ano, deixavam seus afazeres na roça em seus lugares de origem para se submeter a condições de trabalho subumanas, dadas por jornadas extenuantes e salários aviltantes.

A degradação do trabalho assalariado registrada na safra da cana acirraria a luta de classes na década de 1980. Nessa época, numerosos conflitos sociais derivados dessa violação flagrante dos direitos humanos explodiram nas áreas canavieiras do Estado de São Paulo. O maior desses conflitos sociais ocorreu, indubitavelmente, em meio à Greve de Guariba/SP. Deflagrada em 15 de maio 1984, ela se constituiu numa síntese da luta de classes nas áreas canavieiras paulistas: de um lado, a burguesia representada pelos usineiros-fazendeiros-rentistas, de outro lado, os boias-frias (proletariado).

Naquele ano, uma legião composta por cerca de dez mil trabalhadores rurais veio para Guariba. Eram, em sua imensa maioria, famílias camponesas procedentes das áreas mais carentes do país, designadamente a região Nordeste e o Vale do Jequitinhonha, situado no norte de Minas Gerais. Integravam uma grande massa camponesa composta por cerca de 150 mil pessoas, que se convertiam, todos os anos, em trabalhadores assalariados rurais, na condição de temporários e precarizados. Conhecidos como boias-frias, esses camponeses migravam sazonalmente para as áreas canavieiras do estado de São Paulo para trabalhar, como assalariados, na safra da cana que se estendia de maio a outubro. Contratados pelos *gatos* (intermediários que contratavam os trabalhadores para os agricultores capitalistas e usineiros), esses trabalhadores de origem camponesa eram, geralmente, transportados em veículos impróprios, como caminhões precariamente adaptados e ônibus sucateados. Instalados em alojamentos subumanos, muitas vezes improvisados em antigos estábulos,



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

não tinham carteira de trabalho assinada, pois, naquela época, isto é, antes da Constituição de 1988, possuíam pouquíssimos direitos. Por exemplo, não podiam fazer uma pausa durante as longas e extenuantes jornadas de trabalho sob o sol escaldante. Ademais, não recebiam equipamentos de proteção, roupas apropriadas para esse tipo de trabalho ou alimentação – levavam seus alimentos para o local de trabalho em marmitas preparadas na véspera ou na madrugada, o que originou o termo boia-fria. Aliado às condições precárias de trabalho, havia, ainda, o endividamento desses trabalhadores, algo muito semelhante à dura realidade vivida na primeira metade do século passado pelos imigrantes italianos submetidos ao regime de colonato nas fazendas de café do antigo Oeste Paulista. Ou seja, seus alimentos, além dos objetos pessoais como artigos de higiene e roupas, eram vendidos por armazéns e/ou supermercados predeterminados pelo patrão. Frequentemente, quando o boia-fria encerrava suas atividades, ao final da safra, descobria que a dívida contraída nesses estabelecimentos comerciais superava a quantia que tinha para receber por seu trabalho. Uma das causas desse endividamento era a majoração abusiva dos preços cobrados dos produtos vendidos por esses armazéns, fato que o forçava a trabalhar ainda mais tempo para pagar a conta.

A essa superexploração do trabalho assalariado verificada nos municípios canavieiros paulistas, somou-se a decisão patronal que desencadearia a Greve de Guariba (1984): o aumento da largura (de cinco para sete ruas de cana) do eito. Segundo Francisco José da Costa Alves, professor Doutor Associado do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em depoimento dado a um documentário de televisão¹, essa alteração do critério de medição do corte da cana foi acompanhada pela redução do comprimento do eito. Essa decisão patronal elevou a exploração do trabalho e reduziu o salário, uma vez que o ganho do boia-fria era calculado pelo metro linear de cana cortada.

Em reação à implantação desse critério de corte da cana altamente prejudicial aos seus interesses, os boias-frias de Guariba resolveram paralisar seu trabalho, em plena Ditadura Militar (1964/85). Essa rebeldia se deu sem o respaldo de sindicatos, políticos ou outras lideranças na sua organização, como nos lembra José de Fátima Soares no citado documentário. Esses trabalhadores rurais passaram a reivindicar, além do retorno ao regime do eito anterior, registro em carteira, roupas especiais e equipamentos de segurança, além de alimentação e moradia adequadas (Coletti, 1996 *apud* Mendes, 2019).

¹ Referência ao documentário *O corte – 30 anos da greve de Guariba*, elaborado pelo Centro Universitário Barão de Mauá, em parceria com a EPTV de Ribeirão Preto, em dezembro de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FYUfU9FDguw>.



Cumprir lembrar uma série de outros fatores que contribuíram decisivamente para a eclosão da Greve de Guariba (1984). Foi o caso das baixas remunerações dadas aos trabalhadores, que, grosso modo, eram inferiores ao valor do salário-mínimo vigente na época. Havia, ainda, as questões ligadas à conjuntura política daquela época, delineada por dois aspectos centrais que também teriam contribuído sobremaneira para desencadear a Greve de Guariba, em maio de 1984: o desgaste da imagem da Ditadura Militar (1964-85), que recorria ao uso de artifícios (ideológicos) para se manter no poder; e a crise econômica que assolava o país, o que implicava, objetivamente, na precarização do trabalho e no arrocho salarial (Coletti, 1996 *apud* Mendes, 2019).

A repressão exercida pela polícia militar paulista durante a Greve de Guariba (1984) revoltou os boias-frias. Milhares deles reagiram imediatamente, saqueando e depredando estabelecimentos comerciais. A violência explodiu. Muitos desses grevistas foram covardemente atacados dentro de suas próprias casas, pela tropa de choque da polícia militar do Estado de São Paulo, o que deixou, como legado, muitos ferimentos e uma morte. O fato é que jamais foi aberto qualquer inquérito policial para apurar os responsáveis por esse massacre. Porém, apenas dois dias após essa repressão policial, foi firmado, no Sindicato Rural de Jaboticabal, o chamado Acordo de Guariba, que garantiu: transporte seguro e gratuito; fornecimento de ferramentas (foice e lima) e equipamentos de proteção individual (caneleiras, luvas); carteira assinada; décimo-terceiro salário; pagamento por dias parados por imprevistos (chuvas, falta de transporte etc.); e fiscalização do pagamento.

Rapidamente, essas conquistas, que já estavam garantidas aos trabalhadores urbanos há cerca de cinquenta anos pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), passaram a ser reivindicadas pelo proletariado rural, como comprovou, em 1986, outra grande greve, desta vez ocorrida no município de Leme (SP), onde foram registradas duas mortes.

No mesmo documentário, o Padre José Domingos Bragheto afirmou, categoricamente:

O capitalismo é intrinsecamente mal. O conflito de classes existe. Ele é camuflado. Muitos dizem que o conflito de classes já foi, já era. Não concordo. Os interesses das classes são totalmente opostos: o patrão luta pelo lucro; o trabalhador defende sua força de trabalho. Tem que haver, com a organização da classe trabalhadora, mudança, uma inversão de valores para que não haja tanta desigualdade, tanta maldade, tanta injustiça no mundo do trabalho (Documentário *O corte – 30 anos da greve de Guariba*, Ribeirão Preto, 2013).

Atualmente, decorridos mais de quarenta anos da Greve de Guariba (1984), a situação dos cortadores de cana melhorou sensivelmente. Os caminhões improvisados foram substituídos por ônibus; nos locais de trabalho, há banheiros químicos, alimentação, ferramentas e equipamentos de segurança; e esses trabalhadores estão sob certa proteção das leis trabalhistas.



No que tange ao avanço técnico do setor sucroenergético, uma de suas implicações foi o substancial alargamento do período de colheita, que passou de seis para nove meses. Apesar disso, ainda existe a entressafra. Chamada popularmente de *paradinha*, a entressafra se estende de novembro a abril, quando ocorre o plantio dos canaviais novos, atividade que requer pouquíssimos trabalhadores. Esse desemprego sazonal na lavoura canavieira atinge aqueles trabalhadores rurais que não são camponeses proprietários de terras em seus estados de origem. Eles permanecem nessa zona canavieira, morando nas periferias urbanas e sobrevivendo, geralmente, do trabalho informal até a chegada da nova safra. Os demais, isto é, os camponeses que detêm um pedaço de terra em seus estados de origem, regressam “como andorinhas aos ninhos para suas terras natais” (Bini, 2011, p. 410).

O tempo verbal que usamos acima nos remete ao presente. Mas um fato relativamente novo está acirrando, novamente, a luta de classes nos canaviais paulistas, fragilizando ainda mais os trabalhadores assalariados rurais. Referimo-nos à promulgação da Lei Estadual 11.241 (São Paulo, 2002) em 2002, que determinou a eliminação progressiva da queima da palha da cana-de-açúcar. Essa lei (11.241/2002) foi fruto, em grande medida, da crescente reivindicação dos grupos empresariais multinacionais, muito influenciados pelos instrumentos de mitigação do aquecimento global, criados no âmbito do Protocolo de Kyoto (1997). Essas grandes empresas ingressaram no setor sucroalcooleiro após a desregulamentação da economia levada a cabo pelo governo federal, na década de 1990 (Mendes, 2019).

Se, por um lado, essa lei tem proporcionado, de fato, a mitigação de recorrentes problemas ambientais detectados nos canaviais paulistas, como a poluição do ar e a destruição dos nutrientes do solo, por outro lado, têm acelerado a mecanização da colheita, alterando radicalmente as relações de trabalho no campo. Cada vez mais, o ritmo da máquina controla o trabalho dos seus operadores, que só podem dar uma pausa para se alimentar quando convém à eficiência produtiva. Se, antes, havia excesso de atividade física que conduzia à exaustão, agora prevalece o sedentarismo, dado que o trabalhador fica durante oito horas sentado à frente da direção de um trator automatizado, que contém inúmeros controles. Porém, há situações nas quais o esforço físico se mantém, sobretudo para as mulheres contratadas como catadoras de pedras. Nesse caso, realizam um trabalho pesado, retirando, manualmente, tais objetos, que podem ter mais de cinco quilos, do caminho das máquinas (Kohlhepp, 2010 *apud* Mendes, 2019). Aliás, as mulheres foram as maiores vítimas do desemprego oriundo da mecanização da colheita, dado que as ofertas de trabalho que ainda persistem na zona canavieira



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

paulista dizem respeito à operação de máquinas, tratores e caminhões, invariavelmente realizada por homens.

Desse modo, as poucas vagas de trabalho oferecidas, na atualidade, pelas usinas e destilarias do setor sucroenergético paulista não são capazes de mascarar um dos mais graves problemas sociais nos canaviais, qual seja, o desemprego massivo trazido pela mecanização/automação da colheita. Dentre suas maiores vítimas, estão as mulheres. Exceção feita às catadoras de pedras, os poucos e seletos empregos atrelados à lavoura canavieira passaram a ser exclusivamente masculinos. Nas usinas e destilarias, alguns poucos homens trabalham, agora, como mecânicos, motoristas, operadores de máquinas, guardas etc.

Ademais, embora as usinas possuam programas para a *reciclagem* do trabalhador, eles não atingem o montante do exército de mão-de-obra de reserva disponível no “mar de cana”. Por conseguinte, a maioria dos proletários foi levada a buscar empregos urbanos. Residindo nas periferias das pequenas cidades, muitos deles são, agora, obrigados a migrar diariamente para os centros mais dinâmicos da zona canavieira paulista, como São Carlos, Araraquara e Ribeirão Preto, onde são oferecidas vagas na indústria, comércio e serviços.

Quanto aos canaviais, esses se tornaram um “deserto verde”. Segundo a Pastoral do Migrante, em 2007, chegaram quase 10 mil boias-frias para a colheita da cana nesse município; em 2017, esse número já havia caído para 150 migrantes sazonais, procedentes principalmente do Nordeste e do Vale do Jequitinhonha (Tomazela, 2017 *apud* Mendes, 2019).

O *descarte* do cortador de cana na região se tornou um dos principais eixos, senão a questão central, das lutas do sindicato trabalhista rural nas últimas décadas. Dito de outro modo, o *descarte* do trabalhador assalariado (cortador de cana/boia-fria) passou a orientar as lutas de classes na zona canavieira de Ribeirão Preto, abrindo novas perspectivas de mobilização social. A Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), por exemplo, sediada em Araraquara, além de se esforçar pela melhoria das condições trabalhistas e salariais no meio rural paulista, passou a lutar pela terra que estava sendo perdida diante da territorialização dos monopólios (Mendes, 2019).

Do ponto de vista metódico-teórico, é necessário ressaltar que a aceleração da concentração fundiária na zona canavieira paulista derivou, objetivamente, da territorialização dos monopólios (Oliveira, 2020). Essa modernização do setor sucroenergético determinou, por outro lado, a desterritorialização camponesa. Muitos sujeitos sociais inseridos no campesinato venderam ou arrendaram suas terras. Urbanizaram-se, tornando-se capitalistas ou rentistas. Outros perderam suas



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

propriedades rurais. Foram expropriados e se proletarizaram. Porém, uma legião camponesa, ainda que empobrecida, resistiu à expropriação, à proletarização e à precarização. Cerrando fileiras ao lado do proletariado rural, esses camponeses partiram para o enfrentamento. Num primeiro momento, fizeram greves e se sindicalizaram. Um prenúncio dessa resistência camponesa foi, reitera-se, a Greve de Guariba (1984). Ela se constituiu num divisor de águas da luta pela terra na macrorregião de Ribeirão Preto/SP porque culminou na organização política de camponeses, ex-camponeses e proletários rurais (e urbanos). Esse fato se materializou, em 1988, quando da fundação da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP).

Reunidos em torno da FERAESP, os boias-frias obtiveram muitas conquistas. Dentre essas conquistas trabalhistas, destacou-se o acesso a equipamentos de segurança e a refeições fornecidas pelos patrões, bem como a regularização do contrato de trabalho.

Por outro lado, essas conquistas trabalhistas elevaram significativamente os custos de produção dos empresários do setor sucroenergético, caso dos usineiros, plantadores de cana-de-açúcar e proprietários rurais. Em reação à elevação dos custos de produção derivados do pagamento de salários, esse empresariado passou a defender a eliminação gradativa das queimadas nos canaviais, dada em meio à aceleração da mecanização da colheita. Para tanto, usaram a Lei Estadual 11.241 como pretexto.

Em curso na atualidade, a modernização do setor sucroenergético tem trazido, para a zona rural de Ribeirão Preto, o desemprego estrutural. Em 2017, em Guariba, foram contratados para a safra menos de mil trabalhadores assalariados. Em comparação, em 1984, ano da referida greve, eram mais de 10 mil contratados para o corte da cana-de-açúcar (Mendes, 2019).

Diante do avanço desse desemprego estrutural, a FERAESP passou a pressionar, por meio da luta aberta pela terra, os governos estaduais e federal em prol da realização da Reforma Agrária. De fato, se, em nível nacional, os acampamentos e as ocupações se multiplicaram no campo brasileiro, impulsionados, em grande medida, pela fundação, em 1984, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST (Oliveira, 2007), regionalmente, esse papel coube à FERAESP. Não obstante a reconhecida importância histórica do MST em defesa da Reforma Agrária, a luta pela terra, na zona canavieira paulista, foi protagonizada pela FERAESP. Ainda que se apresente como representante do sindicalismo atrelado ao proletariado rural paulista, essa federação foi, concretamente, a grande responsável pela luta camponesa contra a proletarização imposta pela modernização do setor sucroenergético. Mesmo possuindo desavenças internas, a FERAESP passou a aglutinar camponeses e trabalhadores assalariados rurais em torno de uma mesma bandeira. A bandeira da Reforma Agrária.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Ela passou a articular reuniões de camponeses e proletários rurais (em sua maioria, ex-camponeses), tornadas recorrentes nas periferias das pequenas cidades cercadas pelos canaviais. Essa forte mobilização política agregou algo novo à luta por melhores condições trabalhistas e salariais: o enfrentamento direto pela posse da terra. Acampamentos e ocupações se tornaram sistemáticos em pleno “mar de cana”, nas décadas de 1990 e 2000, realizados por sujeitos sociais ligados ao proletariado, mas principalmente ao campesinato. Em consonância, essas classes sociais passaram a confrontar o *establishment* paulista. Sua resultante concreta foi a criação, pelo INCRA, de dezenas de projetos de assentamento de Reforma Agrária, contraditoriamente, em meio ao “mar de cana” paulista, zona agrícola dominada, há décadas, pela territorialização dos monopólios.

Atualmente, a FERAESP se depara com alguns problemas, como a falta de recursos, que fez com que 60% dos sindicatos de trabalhadores rurais quebrassem. Ademais, tem sofrido muitas divergências internas, o que gerou profundas mudanças políticas. Em função dessa turbulência, ela mudou duas vezes de sede. Em 2017, transferiu-se de Araraquara para Bauru; em 2020, de Bauru para Assis. Porém, ela continua tendo uma considerável importância para os trabalhadores rurais, pois é a maior federação de trabalhadores assalariados do Brasil. Dela, participam mais de cem sindicatos!

Ao mesmo tempo em que luta contra esse enfraquecimento sindical, a FERAESP busca unificar todos os trabalhadores do agronegócio. Para tanto, usa esse mote: *da terra ao prato*. Ademais, continua tendo, como solução para a exclusão social oriunda do desemprego e à proletarização gerada pela territorialização dos monopólios (Oliveira, 2020), a bandeira da Reforma Agrária.

Cabe aqui um registro: a FERAESP diz ter superado muitos anos de divergências com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de São Paulo (FETAESP), localizada em Bauru/SP, restringindo-se a representar os interesses dos trabalhadores assalariados rurais. Desse modo, a FETAESP, fundada no governo Jango, em 1962, também restringiu sua ação, passando a representar apenas os interesses dos camponeses (agricultores familiares, termo que prefere utilizar).

Portanto, graças à luta dos trabalhadores assalariados rurais por seus direitos e, principalmente, à resistência camponesa à proletarização imposta pela territorialização dos monopólios (Oliveira, 2020), as pressões sociais em prol da Reforma Agrária ganharam força, o que culminou com o surgimento dos assentamentos:

Entretanto, se a violência gerava a morte, gerava também, as formas de luta contra a morte. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é produto dessa contradição. Como indicado no livro “*A Geografia das Lutas no Campo*”, a negação à expropriação não era mais exclusividade do retirante posseiro distante. Agora ela era pensada, articulada, executada a partir da cidade, com a presença dos retirantes a quem a cidade/ sociedade insiste em negar



o direito à cidadania. Direito agora construído e conquistado na luta pela recaptura do espaço/tempo, perdidos na trajetória histórica da expropriação.

Acampamentos e assentamentos constituem-se em novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que vai permitir aos trabalhadores - donos do tempo que o capital roubou e construtores do território comunitário e/ou coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão - reporem-se/reproduzirem-se, no seio do território da reprodução geral capitalista. Nos acampamentos, camponeses, peões e boias-frias encontram na necessidade e na luta, a soldagem política de uma aliança histórica. Mais do que isso, a transformação da ação organizada das novas lideranças, abria novas perspectivas para os trabalhadores. Greves rurais na cidade para buscar conquistas sociais no campo são componentes ainda localizadas no campo brasileiro, sinal inequívoco de que estes trabalhadores, apesar de tudo, ainda lutam.

Este momento vivido pelo desenvolvimento capitalista no Brasil é fundamental para o campo, pois as bases para sua industrialização estavam lançadas. E o que todos assistiram foi o capital atuando como rolo compressor, esmagando tudo no rumo da acumulação e de sua reprodução ampliada. É na lógica contraditória deste rumo que se deve entender os conflitos sociais e a luta pela terra no Brasil. A ocupação recente da Amazônia é, pois, síntese e antítese desse processo violento. Se a abertura da posse pelo posseiro deriva da negação consciente à proletarianização. A colonização foi a válvula de escape das pressões que a concentração e o remembramento da terra trouxeram consigo, mas a realidade da floresta amazônica e a falta de políticas públicas de fixação do homem à terra geraram o retorno. Os colonos retornados estudados por José Vicente Tavares dos Santos. A pressão que o capital exerceu em um lugar, não o fez em outros lugares, liberando parcialmente parcelas do território destas ações. Desta pressão e contrapressão, nasceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Um movimento camponês que fez a travessia do terceiro milênio (Oliveira, 2007, p. 138).

Em suma, os projetos de assentamento de Reforma Agrária, geralmente coordenados pelo INCRA, foram fruto do aumento da pressão popular, que ganhou impulso, na década de 1980, em meio à crise da Ditadura Militar (1964/85)

Nesse conturbado contexto político e numa zona agrícola submetida, há décadas, à territorialização dos monopólios, a Greve de Guariba (1984) foi motivada pela precarização do trabalho nos canaviais. Mas, se, por um lado, essa greve trouxe conquistas trabalhistas e salariais importantes, provocou, por outro lado, a reação do grande capital, que, usando, como pretexto, a Lei Estadual 11.241, acelerou a territorialização dos monopólios no setor sucroenergético, gerando o desemprego massivo e estrutural.

Acuada por essa encruzilhada histórica, a FERAESP reagiu, comandando a reorganização popular, concentrando esforços, num primeiro momento, nas periferias precarizadas das pequenas cidades situadas no entorno de Ribeirão Preto/SP. Nessas áreas urbanas, ela reuniu notadamente, famílias proletárias e, sobretudo, camponesas que passaram a organizar a luta pela terra. Liderados por ela, esses sujeitos sociais partiram para o enfrentamento. Acamparam e ocuparam terras, confrontando a polícia e, por extensão, o *establishment* aristocrático paulista. Lograram êxito.



Dezenas de projetos de assentamento de Reforma Agrária seriam criados no entorno de Ribeirão Preto, nos anos 2000. Três desses projetos de assentamento de Reforma Agrária se encontram, por exemplo, em Descalvado/SP (Mendes, 2019), onde os camponeses continuam lutando, agora para se manter na terra conquistada, subordinando-se, contraditoriamente, aos ditames capitalistas e a contrarreforma agrária acelerada pelos governos petistas (Mendes, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a luta para ingressar na terra é, concretamente, uma reação direta dos camponeses às leis e políticas públicas que, invariável e historicamente, têm favorecido a burguesia (agricultores capitalistas, rentistas e latifundiários). A agricultura e a questão fundiária a ela atrelada sempre atenderam aos interesses dessa burguesia. Dito de outro modo, as políticas de Estado para a agricultura têm sido implementadas em prol da concentração fundiária.

No entanto, a concentração fundiária não eliminou, nem extinguiu a classe social camponesa. Pelo contrário. Os camponeses resistiram e têm resistido, inclusive à proletarianização gerada pela mundialização da agricultura brasileira.

Na zona canavieira de Ribeirão Preto/SP, a luta camponesa pela terra foi comandada pela FERAESP. Surgida em 1988/89, como um desdobramento político da Greve de Guariba (1984), essa federação se deparou, no limiar do século XXI, com um novo desafio: o desemprego massivo nos canaviais decorrente da mecanização da colheita da cana. Sua resposta a essa investida do grande capital foi contundente: a luta pela terra. Liderando proletários e, principalmente, camponeses e ex-camponeses, a FERAESP fez, da luta aberta pela terra, a sua grande bandeira. Acampando e ocupando terras cercadas por grandes canaviais, triunfou, nas décadas de 1990 e 2000, quando dezenas de projetos de assentamentos de Reforma Agrária foram criados pelo INCRA, em meio a imensos monocultivos canavieiros.

Palavras-chave: Campesinato, Reforma Agrária, Assentamento, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, mundialização da agricultura.

REFERÊNCIAS

BINI, D. A luta pela terra na região de Ribeirão Preto no limiar do século XXI. **Revista de C.**



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Humanas, Viçosa, v. 11, n. 2, p. 405-418, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/artigo3evol11-2.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2019.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo agropecuário 2017**. Rio de Janeiro, v. 8, p.1-105, 2019.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MENDES, I. L. **O campesinato frente à territorialização dos monopólios: o caso do assentamento Aurora em Descalvado/SP**. Dissertação de mestrado apresentado no Departamento de Geografia da FFLCH/USP, 2019.

OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Editora Contexto, 1999, p.63-110.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH-USP/Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.